

**Ministério da Justiça (MJ)**  
**Departamento de Polícia Federal (DPF)**  
**Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP)**  
**Coordenação de Recrutamento e Seleção**  
**Concurso Público para provimento de vagas no**  
**cargo de Delegado de Polícia Federal**

**TEMA 4 – DIREITO ADMINISTRATIVO**

**PROVA ORAL – QUESTÃO 1**

Considerando a presença de indícios de prática de atos de improbidade administrativa por determinado servidor público, a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representou ao Ministério Público, que solicitou a indisponibilidade dos bens do indiciado. O magistrado indeferiu o pedido, sob o fundamento de que o Ministério Público não demonstrara a dilapidação de bens pelo agente nem indicara os bens sobre os quais a medida constritiva incidiria.

Com base nessa situação hipotética, discorra sobre os requisitos necessários para o provimento cautelar de indisponibilidade de bens, apontando se o deferimento dessa cautelar depende da demonstração da dilapidação de bens por parte do agente e da individualização dos bens a serem indisponibilizados.

**Ministério da Justiça (MJ)**  
**Departamento de Polícia Federal (DPF)**  
**Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP)**  
**Coordenação de Recrutamento e Seleção**  
**Concurso Público para provimento de vagas no**  
**cargo de Delegado de Polícia Federal**

**TEMA 4 – DIREITO ADMINISTRATIVO**

**PROVA ORAL – QUESTÃO 2**

Considere que a administração pública pretenda interditar determinado estabelecimento comercial e destruir alimentos considerados nocivos aos consumidores. O dono do estabelecimento, contudo, alega que para a prática de tais atos os agentes públicos necessitariam de prévia autorização judicial.

Com base nessa situação hipotética, com amparo no entendimento do STJ sobre a matéria, responda aos seguintes questionamentos:

- a) Em que consiste o poder de polícia e o atributo da autoexecutoriedade?
  - b) Para a interdição de estabelecimento comercial e a destruição de alimentos nocivos à saúde por ele vendidos é necessária a prévia autorização judicial?
-

**Ministério da Justiça (MJ)**  
**Departamento de Polícia Federal (DPF)**  
**Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP)**  
**Coordenação de Recrutamento e Seleção**  
**Concurso Público para provimento de vagas no**  
**cargo de Delegado de Polícia Federal**

**TEMA 4 – DIREITO ADMINISTRATIVO**

**PROVA ORAL – QUESTÃO 3**

De acordo com o artigo 89 da Lei de Licitações, é crime dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade. Para a caracterização desse crime, é necessária a comprovação do dolo de causar dano à administração pública e do efetivo prejuízo ao erário? Justifique sua resposta com base no entendimento do STJ sobre a matéria.

---

**Ministério da Justiça (MJ)**  
**Departamento de Polícia Federal (DPF)**  
**Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP)**  
**Coordenação de Recrutamento e Seleção**  
**Concurso Público para provimento de vagas no**  
**cargo de Delegado de Polícia Federal**

**TEMA 4 – DIREITO ADMINISTRATIVO**

**PROVA ORAL – QUESTÃO 4**

Considere que o Ministério Público tenha ajuizado ação civil pública por atos de improbidade contra determinado particular que foi contratado sem o necessário procedimento licitatório, em conluio com agente público ocupante de cargo em comissão. Em relação ao particular, a ação foi proposta cinco anos após a prática do ato, e quatro anos após a exoneração do agente público do cargo em comissão. A sentença determinou o ressarcimento ao erário e estabeleceu sanções civis contra o particular. Em sua defesa, o particular alegou a ocorrência de prescrição.

Com base na situação cogitada, responda, à luz da jurisprudência do STJ sobre o tema, aos seguintes questionamentos:

- a) O pedido de ressarcimento ao erário está prescrito?
  - b) Qual o termo inicial da prescrição da ação de improbidade administrativa para aquele que não é agente público?
-

**Ministério da Justiça (MJ)**  
**Departamento de Polícia Federal (DPF)**  
**Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP)**  
**Coordenação de Recrutamento e Seleção**  
**Concurso Público para provimento de vagas no**  
**cargo de Delegado de Polícia Federal**

**TEMA 4 – DIREITO ADMINISTRATIVO**

**PROVA ORAL – QUESTÃO 5**

Considere que, por motivo de interesse público, a administração pública tenha rescindido unilateralmente contrato de trabalho temporário firmado com determinado agente, o qual propôs ação judicial postulando a reintegração no cargo ou, subsidiariamente, a indenização pelos prejuízos sofridos em decorrência da rescisão.

Com base nessa situação hipotética, discorra sobre o trabalho temporário no âmbito da administração pública, apontando se o ente público pode rescindir unilateralmente o contrato de trabalho temporário.

---

**Ministério da Justiça (MJ)**  
**Departamento de Polícia Federal (DPF)**  
**Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP)**  
**Coordenação de Recrutamento e Seleção**  
**Concurso Público para provimento de vagas no**  
**cargo de Delegado de Polícia Federal**

**TEMA 4 – DIREITO ADMINISTRATIVO**

**PROVA ORAL – QUESTÃO 6**

Considere que o poder público tenha firmado contrato de concessão de serviço de abastecimento de água e esgoto com determinada empresa, por prazo determinado, e com previsão de restituição dos bens ao ente público concedente após o decurso do prazo de vigência do contrato. Transcorrido o prazo contratual, a empresa concessionária ingressou com ação judicial, com o objetivo de obter provimento que lhe assegurasse o direito de receber prévia indenização dos bens reversíveis, sob pena de locupletamento ilícito do ente concedente.

Diante da situação hipotética apresentada, responda se o termo final do contrato de concessão de serviço público condiciona-se ao prévio pagamento de eventual indenização referente a bens reversíveis.

---

**Ministério da Justiça (MJ)**  
**Departamento de Polícia Federal (DPF)**  
**Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP)**  
**Coordenação de Recrutamento e Seleção**  
**Concurso Público para provimento de vagas no**  
**cargo de Delegado de Polícia Federal**

**TEMA 4 – DIREITO ADMINISTRATIVO**

**PROVA ORAL – QUESTÃO 7**

Considere que determinado policial federal tenha se prevalecido, abusivamente, da condição de policial e que, após o devido processo administrativo, tenha sido julgado culpado pela prática da referida transgressão disciplinar, circunstância que ensejou a aplicação, pela autoridade competente, da pena de repreensão. Durante o curso do processo administrativo, a comissão processante sofrera sucessivas alterações em sua composição, circunstância que levou o policial a impetrar mandado de segurança, sustentando a nulidade da decisão administrativa.

Diante da situação hipotética apresentada, responda, com fundamento na jurisprudência do STJ e no Regime Jurídico Peculiar dos Funcionários Policiais Cíveis da União e do Distrito Federal, aos seguintes questionamentos:

- a) A substituição de membros da comissão processante é causa de nulidade do processo administrativo disciplinar?
  - b) O policial federal que se prevaleça abusivamente da condição de policial está sujeito a qual penalidade administrativa?
-